

ATA DA 69ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS – CT/SIOPS.

Às 9h15 do dia 02 de agosto de 2012, na sala 479 B (sala de reunião do DESID), localizada no Anexo do Ministério da Saúde – Bloco B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde – CT/SIOPS (lista de presença anexa), sob a coordenação da Sras. Fabíola Sulpino, Coordenadora-Geral de Economia da Saúde do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (CGES/DESID/SE/MS).

Procedeu-se a entrega do material de apoio aos presentes, composto de: a) Pauta da 69ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 68ª Reunião da CT/SIOPS e do Resumo Executivo; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2000 a 2012 semestral, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios; d) Histórico dos municípios regularizados de 2000 a 2012 semestral; e) proposta para o Módulo de Controle Externo a ser apresentada no 1º Encontro sobre o Módulo do Controle Externo do SIOPS com os Tribunais de Contas no dia 10/08/2012; f) Material com cálculos dos Indicadores E6.1 “Gasto Público com Saúde como proporção do PIB” e E6.2 “Gasto Público com Saúde per capita da RIPSa”; e g) Lista de Presença para assinatura dos participantes.

Com a palavra, a Sra. Fabíola Sulpino, Coordenadora-Geral da CGES/DESID, solicitou a apresentação dos participantes, colocou em discussão e aprovação a Ata da 68ª Reunião da CT/SIOPS ocorrida em 04/06/12, previamente enviada aos membros da CT/SIOPS para análise e sugestões. Gilson Carvalho, representante do CONASEMS, solicitou ajustes no texto, que foram acatados prontamente. Ato contínuo, a Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS foi aprovada em todos os seus termos.

Solicitado a se manifestar, o técnico Carlos Magno, da equipe técnica do SIOPS, passou a apresentar os dados dos Indicadores E 6.1 - Gasto Público com Saúde como Proporção do PIB e E 6.2 - Gasto Público com Saúde Per Capita da RIPSa (2000-2010), revisados em 2012. Com a palavra, a coordenadora da CT/SIOPS informou que os conteúdos do site do SIOPS, no link de Indicadores e outros, serão atualizados ainda no mês de agosto, visando melhor informar e facilitar o acesso ao público. Informou, ainda, que após a Lei de Acesso à Informação tem crescido as solicitações de dados a equipe técnica do SIOPS. Novamente com a palavra, o Sr. Carlos Magno informou que participou de reunião da RIPSa e apresentou a mudança de metodologia para o cálculo dos indicadores da RIPSa dos estados; explicou que antes eram utilizados os dados analisados e não os dados declarados, como são feitos para União e municípios, tendo ficado definido que a partir de 2009 os dados dos estados seriam os dados declarados para manter a série histórica e permitir a comparação, pois havia a necessidade de uniformizar os dados, como declarados.

Na sequência, o Sr. Gilson Carvalho e a coordenadora da CT/SIOPS fizeram comentários sobre a uniformização dos dados e a sua disponibilização. Foi orientado que a atualização e cálculo dos dados dos estados devem ser feitos desde o ano 2000 até 2010 no SIOPS e para 2009 e 2010 na RIPSa.

Com a palavra, o Prof. Elias Jorge, consultor do DESID/SE/MS, fez um relato sobre a Campanha da Educação com proposta de 10% do PIB e Campanha da Saúde com proposta de 6% do PIB para União. Informou sobre o movimento da educação para que o índice passe de 7% para 8% do PIB, relatando que foi aprovado pela Câmara dos Deputados índice de 10% para a Educação, com forte reação por parte do Ministério da Fazenda, que deve fazer com que a negociação caminhe para 8% em 2023. Acrescentou, ainda, que os recursos de estados e

municípios já estão no teto, restando o aumento por parte de recursos federais. Pontuou, ainda, que estudos econômicos indicam no mínimo 6,5% do PIB para a saúde, pois o uso do SUS é maior que o uso da educação durante a vida de cada indivíduo. Informou que na campanha dos 6% para a saúde, o passo que o movimento nacional articulado de 80 entidades está propondo é de aprovar uma Emenda Popular com base em 10% da Receita Corrente Bruta; estando em processo de coleta de 1,5 milhões de assinaturas, que terá um primeiro balanço em setembro de 2012 e será analisado e avaliado seu alcance final em março de 2013. Estimando-se um sucesso total, esperá-se atingir 75% da demanda, pois hoje o percentual é de 3,5% do PIB que o setor público aplica em saúde. Caso atinja os 10% das Receitas Correntes Brutas, tem-se 2,5% da União, com mais 1% dos estados e 1% dos municípios, que seria o equivalente a 4,5% do PIB.

Ainda em sua fala, o Prof. Elias Jorge acrescentou que esse é um importante passo, mas que não corrige o desfinanciamento do SUS. Fez um link com os próximos temas, Reforma Tributária e Beneficiômetro, informando que o trabalho teve que ser acelerado, tendo sido dividido em 5 contadores: previdência, assistência social, saúde, educação e trabalho; que indica de forma quantitativa e qualitativa. Quanto a Previdência Social, com base no livro do Álvaro Solon, foi realizado levantamento dos municípios brasileiros, colocando em uma coluna o total dos benefícios - o que é benefício rural e o que é urbano - de forma a não indicar o número de beneficiários, mas o volume de recursos que vai para aquele município; outra coluna com a arrecadação própria do município, que é feita pela previdência local; depois a coluna do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em muitos casos, ponderou ser essa é uma análise qualitativa importante, pois percebeu-se localidades em que o dinheiro da previdência que chega no município é maior do que a arrecadação que a previdência faz naquele município. Consequentemente, a previdência é o maior programa de distribuição de renda do mundo do ponto de vista dos recursos que saem e dos recursos que chegam e tem efeitos de dinamização da economia local, alavancando outras áreas. Pontuou, ainda, que junto com o bolsa família e outros programas da assistência social a previdência tem feito uma “revolução por dentro” do capitalismo selvagem.

Ao ver do consultor, o Beneficiômetro deverá ter um contador, semelhante ao impostômetro, o qual deverá ter definida a sua periodicidade de atualização e seus principais efeitos. Por fim, apresentou a última publicação da ANFIP, onde consta uma análise da desoneração da folha e outros artigos, que confirmam as ameaças sobre os recursos da Seguridade Social e seu financiamento, independentemente da Reforma Tributária, afetando o programa de proteção social brasileiro como um todo e também a disponibilidade de recursos para a saúde. Acrescentou que a revista traz um artigo com a análise da Seguridade Social em 2011 e que a deixará junto com o levantamento realizado por Álvaro Solon para que a CT/SIOPS aprofunde seus conhecimentos sobre o assunto. Os representantes: Elói Oliveira, consultor do DESID, Peterson Pereira, representante do MPF, Paulo Malheiro, representante do SIOPE, Gilson Carvalho, e Fabíola Sulpino debateram com o Prof. Elias Jorge acerca do explanado por ele.

Dando continuidade aos trabalhos da CT/SIOPS, a coordenadora passou a discorrer acerca da proposta do Módulo de Controle Externo do SIOPS (MCE/SIOPS) que seria apresentada no 1º Encontro com os Tribunais de Contas no dia 10 de agosto. Fez breve histórico das informações levantadas, sobre o PROMOEX e sobre o Sistema de Acompanhamento da Gestão Fiscal (SAGF) e das atividades realizadas. Informou que a lógica de trabalho do MCE/SIOPS está voltada a diminuir o retrabalho e, em sendo assim, o primeiro movimento estabelecido foi conhecer o SAGF. Explicou que o SAGF foi desenvolvido por técnicos dos tribunais de contas e integrantes de grupos de trabalho constituídos, sendo coordenado pelo Instituto Rui Barbosa e tinha como proposta inicial criar um sistema que pudesse consolidar informações de pontos de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Acrescentou que a informação que se tem é que apenas 16 tribunais utilizam o SAGF, pois o lançamento dos dados é facultativo e não obrigatório. Relatou como pontos principais do MCE/SIOPS: plataforma web, 4 perfis dos

tribunais, funcionalidades de cadastro - dos presidentes de TC, dos substitutos dos presidentes, dos ministros/conselheiros e técnicos/auditores; campos do parecer – inclusão, exercício analisado e modalidade do parecer (prévio ou de fiscalização) e relatórios, uso obrigatório de certificado digital tanto pelo ministro-presidente e conselheiro quanto pelos técnicos que operarão o sistema. Registrou, ainda, que uma dúvida do Ministério da Saúde é quanto ao fluxo interno dos tribunais, com o documento utilizado para informar os dados referentes à saúde. Acrescentou que diversos relatórios serão disponibilizados, com acesso público; porém a funcionalidade “Cadastro” e “Parecer” deverão ser restritos ao acesso dos tribunais.

Apresentada a programação do aludido encontro com as Cortes de Contas, a Coordenadora pontuou que o objetivo maior seria a apresentação da proposta, o esclarecimento de dúvidas e reconhecer situações próprias dos tribunais; além de apresentar as telas da primeira versão para receber sugestões dos participantes. Pontuou, ainda, que a expectativa da CGES/DESID é de realizar um segundo encontro com os membros dos tribunais de contas, visando o fechamento e a aprovação final do MCE/SIOPS.

Na sequência, o Sr. Paulo Malheiro, representante do SIOPE, ponderou que o CGES/DESID deverá enfrentar dificuldades na implantação do MCE/SIOPS devido a não existência de consenso na metodologia no âmbito do PROMOEX. Gilson Carvalho, por sua vez, orientou que o detalhamento fosse mínimo. Já o Consultor Elói Oliveira pontuou que será necessário regulamentar o MCE/SIOPS, sendo acompanhado pelo Procurador Peterson Pereira.

Informes gerais.

✓ Grupos de Trabalho para adequação do SIOPS à LC 141/12

- o Grupo de Trabalho do Módulo da União participou de reunião há duas semanas, com a STN/MF e a SPO/MS, tendo outra reunião agendada para a semana que vem para definir a metodologia de alimentação das contas. A proposta é de interoperabilidade do SIOPS com o SIAFI, via Webservice, para extração das despesas empenhadas com ASPS da União. Está sendo realizada revisão no plano de contas do SIOPS para construção do Módulo da União. Recentemente, foi publicada a Portaria Conjunta nº 01, que cria novas modalidades de aplicação para permitir monitoramento de RP cancelados e do montante que deixou de ser aplicado em exercícios anteriores.
- Sobre a certificação digital, o SERPRO respondeu a solicitação informando que não tem condições de atender a demanda, pois só tem escritórios nas capitais, tendo indicado os Correios como alternativa. Está sendo aguardada a proposta dos Correios e da Caixa para decisão; os Correios disponibiliza apenas 60 autoridades de registro distribuídas pelo país, o que limita a capilaridade do processo de certificação digital, e a proposta referente ao SIOPS é de pacote completo com token e cartão ou leitora.
- Não foi possível realizar a reunião pretendida junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para se obter a base de dados dos prefeitos e governadores atualizada automaticamente, tendo sido enviada correspondência formalizando a solicitação à Sra. Presidenta do TSE.
- Quanto às adaptações e interoperabilidade do sistema foi formalizada solicitação junto ao FNS/MS para interoperar a base dos dados das transferências do SUS, assim como à STN/MF, no tocante às transferências constitucionais. A expectativa é de que em dezembro do corrente ano esteja tudo pronto para a disponibilização do sistema nesse novo formato.

- ✓ **XXII Seminário Nacional dos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS** – foi realizado nos dias 3, 4 e 5 de julho. Pela primeira vez contou com a participação de representantes

das Secretarias de Fazenda dos estados, além dos usuais representantes da SES, COSEMS e DATASUS; além de representação da COFIN/CNS, do CONASS, CFC e outros órgãos interessados no tema. Observou-se que os representantes do mesmo estado não se conheciam, tendo ocorrido a integração dos mesmos durante o evento. A coordenação do evento entendeu que os objetivos foram atingidos, especialmente o de integrar os atores envolvidos com a alimentação do SIOPS e os parceiros para fortalecimento dos NEASIOPS nos estados; além de repassar as implementações ocorridas no sistema SIOPS.

- ✓ **Outros Informes** - Foi encaminhado convite ao DENASUS/MS solicitando indicação de representante para participar da CT/SIOPS; bem como correspondências para as associações de prefeitos e de municípios, via Secretaria-Executiva do MS, que, no entanto, ficou de discutir melhor o assunto junto ao DESID.

O Estado de Alagoas (AL) entrou com ação contra a União por estar com restrições junto ao CAUC, uma vez que não transmitiu seus dados contábeis ao SIOPS referente a 2011 até 30 de abril. O estado está impedido de realizar a transmissão devido à dedução do Fundo de Combate à Pobreza da base das receitas. A decisão do STF foi de suspender os efeitos do CAUC para AL, e o mérito será decidido posteriormente.

- ✓ **Situação de entrega dos Estados e Municípios** – Dos estados somente Alagoas não transmitiu os dados do período 2011 anual, e dos municípios, 237 ainda não transmitiram. Os Sr. Rafael Araújo e Mayre Faustino, da equipe técnica do SIOPS, estão mantendo contato com os municípios que estão com pendências desde 2006, visando orientá-los para saná-las. Nenhum dos estados transmitiu os dados do 1º semestre de 2012 dentro do prazo 31/07 do SIOPS; apenas 5.117 municípios constam na base de dados para o mesmo período.

Encerramento.

A Coordenadora da CT/SIOPS agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, ao tempo em que convocou os presentes para próxima reunião ordinária da CT/SIOPS, prevista para as 9h do dia 04 de outubro de 2012.